

## **CARTA DE APRESENTAÇÃO CIRCULAR 3.964/2019**

Eu **DIMAS THOMAZ JUNIOR**, brasileiro, natural de Itu, Estado de São Paulo, casado, Contador, nascido em 04/11/1967, portador da cédula de identidade RG nº 16.604.926-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 072.181.378-06, na qualidade de responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade e auditoria, e **MARCO SÉRGIO LUI**, brasileiro, natural de Itu, Estado de São Paulo, casado, Técnico em Contabilidade, nascido em 23/11/1968, portador da cédula de identidade RG nº 19.793.438 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 072.854.338-96, na qualidade de responsável Técnico de Contabilidade pela elaboração das Demonstrações Contábeis da empresa **GAPLAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.** (“Sociedade”), com sede na cidade de Itu, Estado de São Paulo, na Avenida Antônio Gazzola, nº 1001, Jardim Hélio Baptistti, CEP 13.301-916, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.820.097/0001-42, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob NIRE 35.202.086.771, veem pela presente **Apresentar** as demonstrações financeiras semestrais divulgadas em sítio eletrônico de acesso gratuito, cumprindo assim os incisos I ao V do artigo 4º da Circular 3.964 de 2019 editada pelo Banco Central do Brasil listada a Seguir:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração de Resultado;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcio;
- Demonstração Consolidada das Variações das Disponibilidades de Grupos;

A divulgação das demonstrações financeiras foi disponibilizada no endereço eletrônico:

- [Abac.org.br](http://Abac.org.br)
- [Gaplan.com.br](http://Gaplan.com.br)

Por ser declaração da verdade, firmam o presente,

**Dimas Thomaz Junior**  
CRC 1SP141730/O-3

**Marco Sérgio Lui**  
T.C. – CRC 1SP180646/O-8

**TERMO DE RESPONSABILIDADE DE DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO**  
**CIRCULAR 3.964/2019**

**WLADIMIR GAZZOLA JUNIOR**, brasileiro, natural de Itu, Estado de São Paulo, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 9.473.440-9 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 035.286.488-56, e **LUCIANA GAZZOLA**, brasileira, natural de Itu, Estado de São Paulo, solteira, maior, empresária, portadora da cedula de identidade RG nº 9.473.441-SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 035.286.518-06, ambos residentes e domiciliados à Avenida Antônio Gazzola, nº 1001, Jardim Hélio Baltistti, na cidade de Itu, Estado de São Paulo, CEP 13.301-916, sócios representando a totalidade do capital social da sociedade **GAPLAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.** (“Sociedade”), com sede na cidade de Itu, Estado de São Paulo, na Avenida Antônio Gazzola, nº 1001, Jardim Hélio Baptistti, CEP 13.301-916, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.820.097/0001-42, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob NIRE 35.202.086.771, veem **Declarar** que as informações contidas nos documentos de demonstrações financeiras são veridicas para todos os fins de direito.

Por ser declaração da verdade, firmam o presente.

Itu, 30 de Março de 2020

**WLADIMIR GAZZOLA JUNIOR**  
Sócio Administrador

**LUCIANA GAZZOLA**  
Sócio Administrador

**GAPLAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.**
**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(Em milhares de reais)

ATIVO	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018	PASSIVO	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
<b>CIRCULANTE</b>			<b>CIRCULANTE</b>		
Disponibilidades	8	14	Obrigações sociais	627	655
Títulos e valores mobiliários	12.345	13.583	Obrigações fiscais e previdenciárias	867	899
Outros créditos	68.808	71.203	Provisão para pagamentos a efetuar	801	1.229
Despesas do exercício seguinte	-	1	Provisão para imposto de renda	568	72
Impostos a Recuperar	819	207			
	<u>81.980</u>	<u>85.008</u>		<u>2.863</u>	<u>2.855</u>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>			<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>		
Depósitos judiciais	2.782	2.698	Obrigações fiscais e previdenciárias	1.094	1.094
Adiantamento para consórcio	7	7	Provisão para contingência	3.639	3.639
Outros	205.495	189.190	Pagamentos a efetuar	26.956	24.556
			Outros	233.602	224.590
	<u>208.284</u>	<u>191.895</u>		<u>265.291</u>	<u>253.879</u>
<b>PERMANENTE</b>			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Investimentos	6	6	Capital social	9.760	9.760
Imobilizado de uso	120	105	Correção monetária do capital	3	3
			Capital realizado atualizado	9.763	9.763
	<u>126</u>	<u>111</u>	Lucros (Prejuízos) acumulados	12.473	10.517
				<u>22.236</u>	<u>20.280</u>
<b>Sub-total</b>	<u><b>290.390</b></u>	<u><b>277.014</b></u>	<b>Sub-total</b>	<u><b>290.390</b></u>	<u><b>277.014</b></u>
<b>CONTAS DE COMPENSAÇÃO</b>			<b>CONTAS DE COMPENSAÇÃO</b>		
Recursos utilizados de consórcios	2.254.604	1.860.547	Recursos coletados de consórcios	2.296.459	1.901.310
Recursos a utilizar de consórcios	41.855	40.763	Contribuição de consórcio a receber	51.585	50.059
Provisão mensal de consorciados	51.585	50.059			
	<u>2.348.044</u>	<u>1.951.369</u>		<u>2.348.044</u>	<u>1.951.369</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<u><b>2.638.434</b></u>	<u><b>2.228.383</b></u>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<u><b>2.638.434</b></u>	<u><b>2.228.383</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**GAPLAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS E SEMESTRE FINDOS**  
**EM 30 DE DEZEMBRO DE 2019**  
**(Em milhares de reais)**

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
	<u>Exercicio</u>	<u>Exercicio</u>
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>		
Rendas de taxa de administração	65.849	62.726
Outras receitas operacionais	2.327	1.377
	<u>68.176</u>	<u>64.103</u>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>		
Despesas com vendas	(9.169)	(7.713)
Despesas administrativas	(7.543)	(5.473)
Depreciação e Amortização	(29)	(53)
Outras despesas operacionais	(16.949)	(50.456)
	<u>(33.690)</u>	<u>(63.695)</u>
<b>Resultado operacional</b>	<u><b>34.486</b></u>	<u><b>408</b></u>
Resultado não operacional	(31.960)	513
<b>Resultado antes do Imposto de Renda</b>	<u><b>2.526</b></u>	<u><b>921</b></u>
Provisão para Imposto de Renda	408	44
Provisão para Contribuição Social	161	28
	<u>569</u>	<u>72</u>
<b>Lucro líquido do semestre/exercicio</b>	<u><b>1.957</b></u>	<u><b>849</b></u>
<b>Lucro líquido do sem./exercício pôr quota - Em R\$</b>	<u><b>0,20</b></u>	<u><b>0,09</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**GAPLAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018**  
**(Em milhares de reais)**

	<u>Capital realizado atualizado</u>			<u>Total</u>
	<u>Capital social</u>	<u>Correção monetária do capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2018</b>	<u>9.760</u>	<u>3</u>	<u>10.515</u>	<u>20.278</u>
Aumento de Capital	-			-
Lucro líquido do semestre			1.023	1.023
Ajustes de Exercício anteriores				-
<b>Saldo em 30 de Junho de 2019</b>	<u>9.760</u>	<u>3</u>	<u>11.538</u>	<u>21.301</u>
Aumento de Capital	-			-
Lucro líquido do semestre			935	935
Ajustes de Exercício anteriores				-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2019</b>	<u>9.760</u>	<u>3</u>	<u>12.473</u>	<u>22.236</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**GAPLAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.**  
**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS PERÍODOS FINDOS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018**  
**(Em milhares de reais)**

	Períodos Findos	
	31.12.2019	31.12.2018
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>LUCRO LIQUIDO AJUSTADO DOS SEMESTRES</b>	<b>1.986</b>	<b>902</b>
Lucro Líquido/Prejuízo do semestre	1.959	849
Depreciações	29	53
Ajustes de Exercícios Anteriores	-2	-
<b>VARIAÇÃO DOS ATIVOS E OBRIGAÇÕES</b>	<b>-3.185</b>	<b>9.182</b>
Aumento/Redução em outros créditos	-14.605	(27.433)
Aumento/Redução em outras obrigações	11.420	36.615
<b>DISPONIBILIDADES LIQUIDAS APLICADAS NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>-1.199</b>	<b>10.084</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Aquisição/Baixa de Imobilizado de Uso	-45	(9)
Imob.	-47	-
Invest.	2	(9)
<b>DISPONIBILIDADES LIQUIDAS GERADAS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>-45</b>	<b>(9)</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>-1.244</b>	<b>10.075</b>
<b>MODIFICAÇÃO NA POSIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>-1.244</b>	<b>10.075</b>
No início do semestre/exercício	13.597	3.521
No final do semestre/exercício	12.353	13.596

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**GAPLAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA**  
**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018**  
**(Em milhares de reais)**

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018		31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>			<b>CIRCULANTE</b>		
<b>Aplicações financeiras</b>			<b>Outras Obrigações</b>		
Depósitos Bancários	4.184	2.147	Obrigações com Consorciados	468.674	414.406
Aplicações financeiras	37.671	38.616	Valores a Repassar	2.398	2.360
<b>Outros Créditos</b>			Obrigações por Contemplações a Entregar	1.611	1.720
			Recursos a Devolver a Consorciados Desligados	4.304	3.994
Direito Junto a Consorciados Contemplados	440.775	388.683	Recursos do Grupo	5.643	6.966
	<b>482.630</b>	<b>429.446</b>		<b>482.630</b>	<b>429.446</b>
<b>COMPENSAÇÃO</b>			<b>COMPENSAÇÃO</b>		
Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados	51.585	50.059	Recursos Mensais a Receber de Consorciados	51.585	50.059
Contribuições Devidas ao Grupo	1.400.164	1.187.878	Obrigações dos Grupos por Contribuições	1.400.164	1.187.878
Consorciados-Bens a Contemplar	1.428.042	1.213.507	Obrigações por futuras contemplações	1.428.042	1.213.507
	<b>2.879.791</b>	<b>2.451.444</b>		<b>2.879.791</b>	<b>2.451.444</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>3.362.421</b>	<b>2.880.890</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>3.362.421</b>	<b>2.880.890</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

GAPLAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DOS GRUPOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais)

	31/12/2019		31/12/2018	
	Saldo do Período	Saldo Acumulado	Saldo do Período	Saldo Acumulado
<b>Disponibilidade no Início do Período</b>				
Depósitos Bancários	2.927		3.094	
Aplicações Financeiras	31.010		32.115	
	<u>33.937</u>		<u>35.209</u>	
<b>( + ) Recursos Coletados</b>	<b>305.391</b>	<b>2.296.458</b>	<b>123.250</b>	<b>1.905.170</b>
Contribuição para Aquisição de bens	279.637	2.113.897	110.300	1.758.743
Taxa de Administração	25.153	175.071	11.720	137.460
Rendimentos de Aplicações Financeiras	342	4.576	1.259	6.206
Multas e Juros Moratórios	341	2.688	(34)	2.441
Prêmios de Seguros	(7)	220	7	283
Outros	(75)	6	(2)	37
<b>( - ) Recursos Utilizados</b>	<b>(297.473)</b>	<b>(2.254.603)</b>	<b>(117.696)</b>	<b>(1.864.407)</b>
Aquisição de Bens	(271.343)	(2.054.618)	(96.340)	(1.696.283)
Taxa de Administração	(25.153)	(175.072)	(11.720)	(137.460)
Multa e Juros Moratórios	(166)	(1.338)	(1)	(1.204)
Prêmios de Seguros	7	(220)	(7)	(283)
Devolução Consorciados Desligados	(700)	(15.898)	(6.800)	(16.670)
Outros	(118)	(7.457)	(2.828)	(12.507)
<b>Disponibilidade no Final do Período</b>	<b>41.855</b>	<b>41.855</b>	<b>40.763</b>	<b>40.763</b>
Aplicações financeiras	41.855	41.855	40.763	40.763

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**GAPLAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA**

**CNPJ nº 47.820.097/0001-42**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**EM 31/12/2019 (Em milhares de reais)**

**1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A administradora foi constituída em 25 de janeiro de 1977 e opera como administradora de consórcio desde aquela data, conforme autorização do Ministério da Fazenda e do Banco Central do Brasil. Atualmente suas atividades estão voltadas, essencialmente, para os ramos de imóveis, caminhões, automóveis e motocicletas e outros bens móveis.

**2 – ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo as práticas contábeis no Brasil que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis 11.638 de 28/12/2007 e 11.941 de 27/05/2009 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – Bacen específicas para empresas administradoras de consórcio e estão em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

As operações dos grupos de consórcio são registradas em contas de compensação da Administradora e controladas individualmente por grupo de consórcio. A posição patrimonial e financeira consolidada desses grupos de consórcio e as correspondentes variações nas disponibilidades de seus recursos estão sendo apresentadas respectivamente, nas demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio, conforme a Carta-Circular Bacen nº 3.147 de 29/09/2004.

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administradora se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como imposto de renda diferido e provisão para contingências. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administradora revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Administradora em 31 de janeiro de 2.020.

**3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais práticas contábeis utilizadas para o registro e avaliação dos elementos patrimoniais são as seguintes:

**3.1 - DA ADMINISTRADORA**

**a-) Resultado das operações** – A apuração do resultado e efetuada segundo o regime de competência, exceto pela taxa de administração que é reconhecida quando do efetivo recebimento das prestações dos consorciados, e a despesa com comissões sobre vendas é apropriada ao resultado quando da realização da venda.



**b-) Caixa e equivalentes de caixa** – Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo denominados em reais, com alto índice de liquidez no mercado e vencimentos não superiores a 90 dias, ou para os quais inexistam multas ou quaisquer outras restrições de resgate imediato.

**c-) Aplicações interfinanceiras de liquidez** – São demonstradas pelo valor aplicado, acrescido, dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

**d-) Títulos e valores mobiliários** – De acordo com o estabelecido pela Circular/Bacen nº 3.068 de 08/11/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira devem ser classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administradora, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Conforme a intenção da Administradora os Títulos e Valores Mobiliários da empresa foram classificados como sendo para “negociação”.

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreende os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado.

**e-) Outros Ativos e Realizável a Longo Prazo** – Os demais ativos são apresentados ao valor de custo, deduzindo, quando aplicável, por provisão para ajuste do valor de realização.

**g-) Imobilizado de uso** – Os imobilizado de uso e demonstrado pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, sendo utilizadas as taxas apresentadas na Nota Explicativa nº 7.

**h-) Avaliação do valor recuperável de ativos** – Conforme Circular/Bacen nº 3.387 de 03/06/2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC nº 01, os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seus valores. A Administradora não teve nenhum ativo sujeito a perda pelo seu valor recuperável durante este segundo semestre de 2018.

**i-) Provisão para riscos, ativos e passivos contingentes** – O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos, provisões de risco e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Circular/Bacen nº 3.484 de 02/02/2010 (NOTA 9), que aprovou o pronunciamento técnico CPC nº 25, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisões: é determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a possibilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação;
- Passivos contingentes: os passivos contingentes, classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos, são divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação;
- Os depósitos judiciais: são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento as normas do Bacen.

**j-) Imposto de renda e contribuição social** – A provisão para imposto de renda é calculada pela alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável acima de R\$ 20 mensais (R\$ 240 para o exercício). A contribuição social é calculada pela alíquota de 9%.

### **3.2 - DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO**

Os ativos e passivos circulantes estão representados, principalmente, pelas contas a seguir, que incluem valores a vencer acima de 360 dias, conforme determina o modelo de publicação do Banco Central do Brasil – BACEN.

**a-) Aplicações financeiras** – São demonstradas pelo valor aplicado, acrescido, dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os rendimentos das aplicações são rateados pelos grupos proporcionalmente aos seus saldos diários.

**b-) Bens Apreendidos ou retomados** – Representam o valor dos bens apreendidos e retomados dos clientes inadimplentes.

**c-) Direitos com consorciados contemplados** – Contempla os valores a receber dos consorciados referentes as parcelas vincendas do fundo comum e fundo de reserva.

**d-) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados** – Representa o valor das contribuições a receber (do fundo comum e do fundo de reserva) dos consorciados ativos no mês subsequente ao do balanço.

**e-) Contribuições devidas aos grupos** – Demonstra a previsão de recebimento do fundo comum e fundo de reserva até o término dos grupos, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens na data do balanço.

**f-) Valor dos bens a contemplar** – Apresenta o valor total dos bens a contemplar em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos respectivos bens na data do balanço.

**g-) Obrigações com consorciados** – Representam o fundo comum, recebido dos consorciados não contemplados para aquisição de bens, o fundo de reserva, a taxa de administração e o seguro, recebidos de consorciados de grupos em formação, acrescidos de rendimentos financeiros.

**h-) Valores a repassar** – São valores recebidos e ainda não repassados a terceiros pelo grupo, relativos a taxa de administração, prêmios de seguros, multas, juros moratórios e multas rescisórias.

**i-) Obrigações por contemplações a entregar** – São créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescidos de rendimentos financeiros.

**j-) Obrigações com a Administradora** – Representam o valor de eventuais obrigações do grupo de consórcio com a respectiva administradora.

**k-) Recursos a devolver a consorciados** – Contempla os recursos coletados a serem devolvidos a consorciados ativos pela sobra de caixa (pagamentos a maior de parcelas), bem como os valores a pagar aos consorciados desistentes e excluídos relativos as respectivas contribuições de fundo comum e ao fundo de reserva, deduzidos das multas aplicadas, ambos atualizados pela variação do preço do bem na data do balanço.

**l-) Recursos dos grupos** – São recursos recebidos a título de fundo de reserva, os rendimentos de aplicações financeiras, as multas, os juros moratórios retidos no grupo, as multas rescisórias retidas e a atualização dos direitos com consorciados contemplados, bem como a atualização das obrigações dos itens do passivo quando ocorrer variação do preço do bem.

#### **m-) Informações Complementares Sobre os Grupos em Andamento**

Seg.	Quant. Grupos	Quantidade de Cotas		Nº Participantes	
		Contempladas	Não Contempladas	Ativos	Quitados
II	207	9.643	5.538	15.181	5.608
III	28	1.303	669	1.972	705
IV	-	98	21	119	81
Imóveis	25	858	594	1.452	566

<b>TOTAL</b>	<b>260</b>	<b>11.902</b>	<b>6.822</b>	<b>18.724</b>	<b>6.960</b>
--------------	------------	---------------	--------------	---------------	--------------

A taxa de administração média cobrada nos grupos ativos (bens móveis) é de 12%  
A taxa de administração média cobrada nos grupos ativos (bens imóveis) é de 10%

#### 4 – Caixa e Equivalente de Caixa

	31.12.2019	31.12.2018
Caixa	2	2
Depósitos bancários	6	12
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>14</b>

#### 5 – Títulos e Valores Mobiliários – Administradora e Grupos de Consórcio

	Administradora		Grupos	
	Valor custo/mercado		Valor custo/mercado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Títulos para negociação				
Cotas de fundos de investimentos	12.345	13.583	37.671	42.476
<b>Total</b>	<b>12.345</b>	<b>13.583</b>	<b>37.671</b>	<b>42.476</b>

As aplicações em cotas de fundos de investimento são atualizadas diariamente conforme o valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os fundos de investimentos não exclusivos.

A administração classifica os títulos e valores mobiliários de acordo com sua intenção de negociação. Nos exercícios findos em 31.12.2019 e 31.12.2018 não foram realizadas reclassificações ou alterações nas intenções, por parte da Administração.

#### 6 – Outros Créditos Diversos

	31.12.2019	31.12.2018
Valores pendentes de recebimento – cobrança judicial (1)	205.495	189.190
Adiantamentos salariais	13	1
Adiantamentos diversos	29	5
Adiantamentos a fornecedores	0	7
Depósitos judiciais	2.782	2.600
Créditos tributários	819	305
Cotas de consórcio	68.767	71.178
Outros valores a receber	7	18
Despesas antecipadas	0	1
<b>Total</b>	<b>277.912</b>	<b>263.305</b>
Curto Prazo	<b>49.256</b>	<b>53.899</b>
Longo Prazo	<b>228.656</b>	<b>209.406</b>

#### 7 – Imobilizado de Uso

Descrição	Deprec.	Custo Corrig.	Deprec. Acum	31/12/2019	31/12/2018
				Valor Líquido	Valor Líquido
Imóveis-Terrenos	-	6	(-)	6	6
Imóveis de Uso	4%	24	(4)	20	21
Instalações	10%	7	(7)	0	0
Moveis e Utensílios	10%	508	(483)	25	29
Direitos de Uso	-	9	(-)	9	9

Processamento de Dados	20%	963	(896)	67	46
Veículos	20%	20	(20)	0	0
<b>TOTAL</b>				<b>127</b>	<b>111</b>

## 8 – Outras Obrigações

	31.12.2019	31.12.2018
<b>Fiscais e Previdenciárias:</b>		
IRPJ e CSLL á recolher	569	72
COFINS á recolher	404	406
PIS á recolher	88	88
IRRF á recolher	131	121
ISS á recolher	47	45
INSS á recolher	141	186
FGTS á recolher	50	44
Salários e ordenados á pagar	186	194
Férias e encargos á pagar	441	461
Outros impostos á recolher	1.101	1.103
<b>Total</b>	<b>3.158</b>	<b>2.720</b>
<b>Diversas:</b>		
Recursos não procurados – Grupos (1)	25.548	24.556
Valores pendentes de recebimento – cobrança judicial (2)	205.495	189.190
Provisão para riscos (nota explicativa nº 10)	28.514	35.807
Provisão para pagamentos e efetuar	333	691
Provisão para contingências fiscais	1.993	1.993
Outras obrigações	3.115	1.777
<b>Total</b>	<b>264.998</b>	<b>254.014</b>
<b>Curto Prazo</b>	<b>3.959</b>	<b>2.855</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>264.197</b>	<b>253.879</b>

(1) Valores não retirados por consorciados desistentes e excluídos, bem como aqueles oriundos de fundo de reserva à disposição de consorciados, relativos a grupos encerrados, estando depositados em Fundos de Investimentos.

(2) Valor a receber de consorciados de grupos encerrados que interromperam o pagamento de suas mensalidades e foram acionados judicialmente.

## 9 – Provisões para Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Fiscais

### a-) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 não existiam ativos contingentes.

### b-) Provisão para riscos e passivos contingentes

As provisões para riscos são representadas por contingências cíveis e trabalhistas com probabilidade de perda provável, conforme segue:

	Ações Cíveis/Fiscais		Ações Trabalhista		Total	
	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
SalDOS no início do período	37.800	21.802	-	45	37.800	21.847
Constituições/atualizações	-	17.284	-	-	-	17.284
Baixas/reversões	(7.292)	(1.286)	-	(45)	(7.292)	(1.331)
<b>SalDOS no fim do período</b>	<b>30.508</b>	<b>37.800</b>	<b>-</b>	<b>0</b>	<b>30.508</b>	<b>37.800</b>

## 10 – Patrimônio Líquido

### a-) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social é de R\$ 9.760 (R\$ 9.760 em 2017), dividido em 9.760 (9.760 em 2018) quotas com valor nominal de R\$1,00.

## 11 – Limites de Alavancagem

Levando-se em consideração que o limite de alavancagem da administradora de consórcio estabelecido na Circular/Bacen nº 3.524 de 03/02/2011 é de 6 (seis) vezes o valor de seu patrimônio líquido ajustado, obtido através dos seguintes fatores:

CONTA	DESCRIÇÃO	VALORES	
4.0.0.00.00-8	Circulante Exigível a Longo Prazo	268.156	(+)
4.9.8.93.20-9	Recursos Pend. Receb.Cobrança Judicial	(205.495)	(-)
	<b>Operações Passivas da Administradora</b>	<b>62.661</b>	<b>(=)</b>
1.1.0.00.00-6	Disponibilidades	4.184	(+)
1.2.0.00.00-5	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	37.671	(+)
1.2.9.90.35-9	Vinc. a Contempações – Demas Aplicações	(1.610)	(-)
	<b>Saldo dos Recursos de Consórcio</b>	<b>40.245</b>	<b>(=)</b>
	<b>SOMA</b>	<b>102.906</b>	<b>(=)</b>
6.0.0.00.00-2	Patrimônio Líquido Ajustado	133.416	(=)
	<b>6 Vezes</b>		
	<b>LIMITE DE ALAVANCAGEM</b>	<b>30.510</b>	<b>(=)</b>

## 12 – Limites de Imobilização

Mediante o limite de imobilização determinado no artigo 2º, paragrafo 1º, inciso I da Circular BACEN nº 3.524 de 03/02/2011, o Ativo Permanente das administradoras de consórcio a partir de 31/01/2015, não poderá ultrapassar 100% do valor do respectivo PLA, como demonstramos a seguir com base no balanço de 31/12/2019:

RUBRICA	SALDO
Ativo Permanente	126
Patrimônio Líquido Ajustado	22.236
<b>= Limite de Imobilização</b>	<b>22.110</b>

## 13 – Receitas de prestação de serviços e outras receitas

Composta, basicamente, por taxa de administração de grupos de consórcio.

	31.12.2019	31.12.2018
Receitas de taxa de administração	65.810	62.726
Receitas financeiras	441	137
Outras receitas	1.926	1.240
<b>Total</b>	<b>68.177</b>	<b>64.103</b>

#### 14 – Despesas de Pessoal

	31.12.2019	31.12.2018
Benefícios(1)	707	554
Encargos sobre folha(2)	2.331	1.420
Proventos(3)	5.572	3.541
<b>Total</b>	<b>8.610</b>	<b>5.515</b>

1) São benefícios do tipo vale-alimentação, assistência médica, cesta básica e outros pagos exclusivamente aos colaboradores CLT da Administradora.

2) São contribuições as previdências sociais (INSS) e ao fundo de garantia do trabalhador (FGTS) incidentes sobre os proventos.

3) Gastos com a remuneração dos colaboradores a título de salários, prêmios de produção, gratificações e outros proventos fruto do trabalho por ora realizados.

#### 15 – Outras Despesas Administrativas

	31.12.2019	31.12.2018
Comissões(1)	8.282	7.349
Serviços técnicos especializados	953	957
Serviços de terceiros	466	452
Depreciação e amortização	29	51
Despesas tributárias	6.836	6.322
Perdas com grupos de consórcio	36.924	40.129
Outras despesas(2)	4.118	2.479
	<b>57.608</b>	<b>57.739</b>

1) Refere-se ao pagamento de serviços de intermediação de vendas de cotas de consórcio.

2) Refere-se, substancialmente a despesas de aluguéis, comunicações, manutenção e conservação de bens, e despesas de viagens.

#### 16 – Componente Organizacional de Ouvidoria

Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 3.477 e pelas Circulares Bacen nºs 3.359 e 3.370, respectivamente de 28/07/2007, 03/08/2007 e 23/10/2007, o componente organizacional de ouvidoria se encontra em pleno funcionamento, com nomeação do Ouvidor designado e também do Diretor responsável, estando ambos os nomes já encaminhados em comunicação ao Banco Central do Brasil, não havendo nenhuma demanda neste segundo semestre de 2019.

#### 17 – Manual de Controles Internos

A Administradora mantém atualizado o manual de controles internos, onde encontra-se registrado:

- a-) O processo operacional da Administradora e dos Grupos de Consórcio;
- b-) O gerenciamento de riscos, e
- c-) O gerenciamento das contingências.

## **18 – Manual de PLD / CFT**

A Administradora mantém atualizado o manual de PLD / CFT, onde encontram-se registrados todos os procedimentos pertinentes.

## **19 – Partes Relacionadas**

Nos termos da Carta-Circular 3.410 de 13/08/2009, informamos que as transações com partes relacionadas se restringiram ao pagamento de bens junto á empresas ligadas (GAPLAN CAMINHÕES LTDA e GAPLAN GAMINHÕES LESTE LTDA), eventualmente adquiridos dessas empresas para consorciados contemplados em grupos por nós administrados.

## **20 – Convergência das Práticas Contábeis**

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis as Instituições Financeiras somente quando aprovadas pelo CMN – Conselho Monetário Nacional.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- \*Resolução nº 3.566/08 – Redução do Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- \*Resolução nº 3.604/08 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- \*Resolução nº 3.750/09 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- \*Resolução nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- \*Resolução nº 3.973/11 – Evento Subsequente (CPC 24);
- \*Resolução nº 3.989/11 – Pagamento baseado em Ações (CPC 10), e
- \*Resolução nº 4.007/11 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC23).

Atualmente não é possível estimar quando o Bacen irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva ou introspectiva. Com isso ainda não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis.

## **21 – Gerenciamento de Riscos**

### **a) Risco de crédito**

A atividade de administração de consórcios, por sua própria natureza, possui reduzidos fatores de riscos financeiros, visto que o principal risco, o de crédito de um grupo de consórcio, é assumido pelo grupo de consorciados. Contudo, a administradora pode, por questões comerciais, assumir os saldos dos grupos que venham a se encerrar devedores, assumindo os créditos juntos aos consorciados inadimplentes.

A empresa tem como prática a contemplação de todos os consorciados adimplentes quando do encerramento dos grupos de consórcio, mesmo que o grupo se encerre devedor. Essa prática expõe a Administradora a um risco de crédito, cuja gestão é realizada corporativamente e busca minimizar potenciais efeitos adversos na empresa.

Os principais procedimentos de gestão do risco de crédito são: análise de crédito detalhada quando do pagamento do bem ou serviço ao consorciado e a obtenção de garantias, alienação do bem entregue ou garantia real no caso de um serviço;

b) Risco de liquidez

A Administradora é capitalizada, não possui recursos tomados junto a terceiros e todas suas disponibilidades são aplicadas em Títulos e Valores Mobiliários, em sua maioria de liquidez imediata, em instituições financeiras, consideradas pelo mercado, de primeira linha. Sendo assim, o risco de liquidez da Administradora é praticamente nulo. Adicionalmente, a Administradora possui limites de patrimônio líquido ajustado e limites operacionais que estão sendo observados pela administração, conforme disposições do Banco Central do Brasil;

**22 – Fatos Subsequentes**

A Administradora não apresenta eventos relevantes subsequentes ao fechamento de 31 de dezembro de 2019.

**WLADIMIR GAZZOLA JUNIOR**  
Sócio Administrador

**PEDRO AUGUSTO ROSSI CLARO**  
Diretor Administrativo

**MARCO SÉRGIO LUI**  
T.C. – CRC1SP180646/O-8



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Diretores e Administradores da  
**GAPLAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA**  
Itú - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **GAPLAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **GAPLAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações, as mutações no seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Consideramos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil-Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis da Administradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de.

que a auditoria realizada de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil, exerceu julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação de uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objeto de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança e respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

**Sorocaba (SP), 28 de fevereiro de 2020.**



**ACR AUDITORIA E CONTABILIDADE S/S LTDA**  
**CRC2SP035035/O-5**

**ANTONIO CARLOS RUBINATO**  
**Contador CRC1SP111745/O-5**  
**Registro IBRACON nº 5.092**

**JÉSSICA C. MORENO G. RUBINATO**  
**Contadora – CRC1SP297849/O-9**  
**CNAI nº 6.424**